

The background of the cover is a dramatic sunset or sunrise over a battlefield. Silhouetted against the bright orange and yellow sky are several medieval warriors. Some are on horseback, while others are on foot. They are holding various weapons, including swords, spears, and axes. The scene is filled with a sense of action and historical atmosphere.

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

The background of the cover features a dark, atmospheric scene of medieval warriors in silhouette. They are engaged in battle, with some on horseback and others on foot. Various weapons are visible, including swords, spears, and axes. The scene is set against a lighter, hazy background, creating a sense of depth and action.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se o pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Daniel de Oliveira Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL	
Flavia Pedroza Lima	
Rundsthen Vasques de Nader	
DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR	
Felipe Bastos Maranezi	
Natalia Scarabeli Zancanari	
DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940)	
Leticia Souto Pantoja	
DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA	
Carmem Lúcia Druciak	
DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE	
Leandro José do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE	
Erivan Cassiano Karvat	
DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

CAPÍTULO 22

O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960

Data de aceite: 01/12/2020

Hemelita da Silva e Silva

Universidade Federal do Maranhão - São Luís
/ MA
<http://lattes.cnpq.br/2116997163409341>

RESUMO: O presente artigo é uma releitura de um dos capítulos de minha pesquisa de monografia que teve como objeto de estudo a experiência imigratória ocorrida no Maranhão na década de 1960 com a entrada de duas levadas de famílias japonesas que formaram duas colônias agrícolas no estado: uma intitulada Morro de Alcântara, instalada na cidade de Rosário e uma segunda situada em Pedrinhas, povoada na zona rural de São Luís. Neste texto que vos apresento é possível entender o processo de atração, instalação e acomodação dos imigrantes nipônicos. Esta pesquisa faz parte de um campo ainda pouco estudado pela historiografia e continua a ser analisado para dissertação de mestrado, uma vez que há muitas lacunas que precisam ser preenchidas e compreendidas. Portanto, o texto a seguir é um breve apanhado de um estudo que está se aprofundando acerca da imigração japonesa no Maranhão e que tem como principal metodologia a História Oral e tem como fontes a memória oral e os jornais de circulação no estado a época.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração japonesa, Maranhão, Memória.

THE SUN RISING IN LAND TUPINAMBÁ: AN EXPERIENCE OF JAPANESE IMMIGRANTS FROM MARANHÃO IN THE 1960S

ABSTRACT: This article is a rereading of one of the chapters of my monograph research that had as object of study the immigration experience occurred in Maranhão in the 1960s with the entry of two Japanese families that formed two agricultural colonies in the state: one entitled Morro de Alcântara, installed in the city of Rosário and a second located in Pedrinhas, populated in rural São Luís. In this text you can understand the process of attraction, installation and accommodation of Japanese immigrants. This research is part of a field still little studied by historiography and continues to be analyzed for master's dissertation, since there are many gaps that need to be filled and understood. Therefore, the following text is a brief overview of a study that is deepening about Japanese immigration in Maranhão and whose main methodology is oral history and has as sources the oral memory and newspapers circulating in the state at the time.

KEYWORDS: Japanese Immigration, Maranhão, Memory.

1 | COLÔNIA MORRO DE ALCÂNTARA

Na segunda metade do século XX, quando aportou no Maranhão o navio América Maru que trouxe a primeira leva oficial de imigrantes japoneses para o estado, já havia um número significativo de nipônicos por todo o Brasil.

São Paulo, em 1908, depois de contatos e negociações que iniciaram em 1906, recebeu 793 imigrantes contratados através da empresa japonesa de imigração e colonização Kokoku Shokumin Kaisha (CARDOSO, 1995). Depois da Segunda Guerra Mundial o Estado japonês aumentou o incentivo a emigração de seu povo, sobretudo, nas primeiras décadas do pós-guerra devido a dificuldade de manter a população devido a crise no país.

O Maranhão do início da década de 1960 tinha dificuldade no abastecimento da capital de produtos hortifrutugranjeiros, muito por conta do atraso agrícola que havia no estado. O então governador do Maranhão, Newton de Barros Bello articulado ao governo japonês deu abertura ao movimento de imigração nipônica no estado que veio a se concretizar um pouco. A imprensa de São Luís noticiava: “Chegarão a São Luís as primeiras vinte famílias japonesas constituídas por 137 pessoas que se destinam a colônia ora organizada em Rosário sob os auspícios da Secretaria de Agricultura do Maranhão” (O IMPARCIAL, São Luís, p. 14. 07 junho, 1960.)

Chegaram em 10 de julho de 1960 no navio América Maru que encostou a certa distância do Porto do Itaqui e os tripulantes levados ao continente por embarcações menores.

A presença japonesa no Maranhão se comparada a outras partes do Brasil pode ser considerada tardia. Um parâmetro é que em julho de 1929 teve saída do porto de Kobe, no navio Montevidêu Maru, chegando ao Rio de Janeiro em 7/9. Foram transferidos para o navio Manila Maru, os 189 imigrantes japoneses para a Amazônia (HOMMA; FERREIRA; 2011, p. 181) que depois foram destinados a Tomé Açú no estado do Pará. Portanto, o estado vizinho recebeu o primeiro grupo de imigrantes nipônicos trinta e um anos mais cedo.

Quando o Maranhão deu início ao seu movimento migratório japonês, na região amazônica já havia uma dinâmica de imigração com grande contribuição dos nipônicos na produção de juta, forte atividade econômica da região naquele momento. Além de tardia, a entrada dos nipônicos no Maranhão corresponde a um período de retração da imigração que vinha ocorrendo no país desde o Estado Novo de Vargas em que japoneses foram considerados, por sua diferença física e cultural, *inassimiláveis*. Porém, ainda que em ritmo moderado a entrada de nipônicos no Brasil não cessou.

O fluxo migratório japonês, que estancou durante a Segunda Guerra, foi retomado a partir de 1950, estendendo-se até os anos de 1960. Neste momento, é possível identificar uma nova fase de reconstrução após o término da guerra, obteve concessões para trazer novas famílias de imigrantes, reatando o acordo migratório com o governo brasileiro. Estes novos trabalhadores japoneses dispunham de condições já bem diferentes daquela dos primeiros imigrantes japoneses estavam associados à competência e aos avanços do trabalho no campo (KODAMA, 2007, p. 206).

Muitas partes do Japão ainda estavam arrasadas no pós-guerra quando viera para o Maranhão o primeiro contingente de imigrantes, haja vista a descrição do nissei Roberto Kumihito Tasaka, que diz: *Lá tava tudo acabado, o país ainda tava querendo se levantar.*

A família Tasaka é oriunda de Nagasaki, uma das partes do Japão mais arrasadas pela guerra, foi alvo de bomba atômica em 1941, uma resposta americana ao ataque japonês a sua base naval no Havaí. O Japão era uma potência militar e naval do Oriente que tinha apetites imperiais no Extremo Oriente. O ataque a Pearl Harbor tornou a guerra mundial. Embargos americanos ao comércio japonês provocaram uma profunda crise, pois, o país dependia da ecominuaçãoção marítima na realização de importações oceânicas (HOBSBAWN, 1995).

Os Tasaka partiram para o Maranhão em busca de um lugar onde tivessem oportunidade de trabalhar e construir vida nova. Símil ao desejo dos Tanabe, família de Sadame que ao falar de como estava a situação de sua família em Kochi-Ken, no Japão, declarou: *Aquele tempo não estava muito bom não, porque é logo depois da guerra, né? Segunda guerra mundial, e até a comida era difícil.*

A imigração japonesa no Maranhão seguiu a política que já vinha sendo adotada no Brasil desde a abertura do país para os nipônicos de um padrão familiar. Tal imposição do governo brasileiro fez com que alguns japoneses ávidos por sair de seu país que passava por dificuldades e cuja única esperança de dias mais próximos era emigrar para terras distantes do cenário pós-guerra recorressem ao artifício de casamentos fictícios ou arranjos.

A família Tanabe desembarcou no Porto do Itaqui em 1960 e viveu na colônia Morro de Alcântara, em Rosário, valeu-se desse recurso. O chefe da família, Isamu Tanabe, e a esposa, Tamano, não entraram em acordo quanto a deixar Kochi-Ken no Japão e partir para um país diferente. O filho Sadame, único da família que ainda vive no Maranhão, explica a dissidência entre os pais:

Minha mãe legítimo ficou no Japão. Eu acha que teve algum problema entre eles dois. Meu mamãe não sabia se vai ou não vai. Vai ou não vai. Ela ficou lá. Aí meu papai tinha de arranjar uma mulher pra poder vir pra cá. Tinha que vir casa.

Os Tanabe e os Tasaka, os quais foram representantes de suas respectivas famílias os senhores Sadame e Roberto Kumihito, cujas memórias serviram de vislumbre para o entendimento do processo de chegada, acomodamento e dispersão dos imigrantes japoneses no Maranhão, fazem parte do primeiro agrupamento de famílias que chegaram ao estado no navio America Maru.

A embarcação que partiu da cidade japonesa de Kobe na data de 06 de junho e fez caminho pelo Oceano Pacífico, passando por cidades como Yokohama, São Francisco (EUA), transpôs o canal do Panamá até chegar à costa litorânea maranhense. Tinha capacidade de 10.000 toneladas e transportava

para o Maranhão 109 pessoas e 19 famílias japonesas (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 28).

Estas famílias foram conduzidas para Rosário. Cerca de três meses antes que chegassem, esteve em São Luís o cônsul do Japão no Pará. A visita foi publicada em O Imparcial em 02 de abril de 1960, jornal de circulação na capital maranhense, dando ênfase ao anúncio feito pelo cônsul de que o estado do Maranhão receberia os nipônicos e que, tão logo seriam destinados à colônia organizada em Rosário sob o amparo da Secretaria de Agricultura do Maranhão. A publicação especulava sobre quais atividades os imigrantes fariam no estado, e também acerca da expectativa de que oportunamente viessem outras dezenas mais de nipônicas, devendo os imigrantes serem instalados em colônias no interior da Ilha, enquanto outras no município de Bacabal. Em geral, a vinda de imigrantes despertou muita curiosidade, expectativa e muitas especulações que são evidenciadas em matérias jornalísticas que supunham até o aproveitamento dos campos de Perizes para as colônias agrícolas.

Ao que acolheu ainda nossa reportagem, o cônsul japonês ficou maravilhado com os Campos de Perizes, tendo declarado o seu propósito de encaminhar sugestão ao seu país, objetivando o exame da possibilidade de aproveitamento daquelas terras na produção do arroz, devendo para isso ser convenientemente adaptadas (O IMPARCIAL, 07 junho 1960, p. 14).

Ao me debruçar nas pesquisas nos periódicos de circulação no Maranhão, a percepção é de certo entusiasmo com a chegada de imigrantes, sobretudo, pela perspectiva de uma expansão agrícola do estado e conseqüentemente resolveria o aludido desabastecimento da capital, bem como de produtos básicos como hortaliças.

A imprensa investia na curiosidade da população e visitava as colônias a fim de observar o cotidiano e acompanhar a produção nas lavouras. Como nesta nota de jornal que diz: “Encontramos grande quantidade de verduras, melancias, pepinos e tomates, e podemos crer que dentro de alguns meses será abastecida a cidade de legumes” (JORNAL PEQUENO, São Luís, p. 01, 27 janeiro 1961).

Os artigos jornalísticos permitem notar como os imigrantes são descritos com certo exotismo dado a cultura tão diferente e vindos de terras tão distantes. Assim como a expectativa de que a produção nas colônias não atendesse a demanda da cidade como também resolvesse a questão dos preços dos produtos que oneravam devido a dificuldade de encontra-los no mercado de São Luís.

É com satisfação, pois que registramos a venda daqueles produtos que será levada a efeito, hoje, no Mercado Central, fazendo votos no sentido de que continue essa atividade tão útil a população da capital, que vive pagando preços exorbitantes por hortaliças, muitas vez de qualidade bem inferior (O IMPARCIAL, 28 março. 1981, p. 08).

Embora alguns veículos de imprensa noticiassem que os imigrantes viviam em situações vantajosas com todo aparato do poder público para trabalhar na lavoura, muitos dos japoneses encontravam dificuldade para começar o cultivo.

Em Rosário, na extensão do município se encontram solos como Latossolos Amarelos, Argissolos Vermelho-Amarelos, Plintossolos e Solos indiscriminados de mangues. O que constitui a pouca fecundidade dos terrenos, implicando no plantio e na dificuldade enfrentada pelos colonos japoneses (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Dessa forma, as primeiras colheitas não corresponderam às expectativas. A exposição desta adversidade afina-se então com o que fora relatado por Sadame Tanabe de que: *A terra era ruim. Pedra. Muita pedra!*

A pouca fertilidade das terras era uma problemática enfrentada por muitos dos imigrantes de todas as partes do mundo quando chegavam ao Brasil. Lotes muito acidentados dificultavam uma cultura razoável, os imigrantes eram compelidos a abandoná-los em busca de outra atividade que lhes assegurasse a sobrevivência (PETRONE, 1982).

Roberto Kumihito falou acerca do sentimento de engodo da sua família Tasaka no que toca os recursos e apoio do Estado e sobre a qualidade do solo. Sua família deixou o Japão seduzida pela propaganda de que o Maranhão seria terra de opulência. Entretanto, seu pai, Genzo Tasaka fora surpreendido. Situação descrita no relato do filho: *Eles vieram através do governo daqui que prometeram terras muito produtivas. O governo era de Newton Bello, e com acordo com governo japonês trouxe as famílias do Japão pra cá. Foi só decepção. A terra era só pedra.*

Destarte, depreende-se que a colônia Morro de Alcântara localizada em Rosário ofertava naturalmente muitas dificuldades de plantio aos japoneses. Além de enfrentarem o clima quente do verão seco, uma vez que chegaram a cidade ocorreu no período que compreende a estiagem das chuvas, o abastecimento de água para o consumo e lavoura também seria insuficiente. O acesso era difícil, portanto os colonos tinham dificuldade de chegar as escolas e ao comércio, e o já sobredito mais custoso revés de as glebas ofertadas a eles não serem apropriadas ao cultivo.

2 | COLÔNIA MURUAÍ

Já se encontravam alojadas em Rosário as famílias japonesas que chegaram ao estado em 1960 quando alguns meses depois chegava ao Maranhão a segunda leva de nipônicos. Assomava a Ilha de São Luís mais famílias já aguardadas na ampliação das colônias japonesas do estado.

Em 04 de janeiro de 1961 desembarcou no Porto do Itaqui o navio Argentina Maru procedente da cidade de Osaka com 52 japoneses pertencendo a 10 famílias (HOMMA; FERREIRA, 2011). Estas famílias foram deslocadas para o interior da Ilha, na localidade de Pedrinhas, zona rural de São Luís, nas margens da BR 135.

O Maranhão passou então a ter dois núcleos de imigrantes japoneses. Um localizado em Rosário, conhecido por colônia Morro de Alcântara, e outro em São Luís, no povoado Pedrinhas que veio a ser a colônia Muruaí.

Esse movimento migratório foi acordado entre o governo do Japão e o Estado do Maranhão sob a mediação da Secretaria de Agricultura do Maranhão com a Japan International Cooperation Agency, corporação ligada ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. E havia ainda rumores de intenção do governo maranhense de continuar atraindo nipônicos para outros municípios do estado, como divulgou reportagem em que o secretário Joel Barbosa Ribeiro, assinalou interesse em aumentar o número de colônias. “Declarou aquele titular ser pensamento do governo instalar uma terceira, destinada à criação de suínos em Pirapemas, Cantanhede ou Itapecuru-Mirim”.

No entanto, não foi dado andamento ao projeto de ampliação de colônias no estado, embora não houvesse custo para o governo do Maranhão, pois, toda a despesa da transferência das famílias ficava por conta do consulado japonês. Assim como os campos de Perizes não foram ocupados ou utilizados para produzir arroz ou qualquer outra cultura, como fora supracitado em especulações jornalísticas anteriormente.

É interessante destacar a presença de japoneses, também, na região da Maioba, em Paço do Lumiar, município da região metropolitana de São Luís, desde a década de 1960. Entretanto, a formação desta comunidade nipônica não faz parte do que é compreendido por imigração japonesa no Maranhão, movimento que foi um processo de abertura às famílias japonesas por convênio entre os Estados japonês e maranhense como ocorrera com os nipônicos das colônias de Rosário e Pedrinhas, o que não significa que japoneses não chegassem a Ilha de São Luís ou noutras partes do estado, aleatoriamente, advindas de outras cidades do Brasil, pois, era comum a mobilidade dos estrangeiros não adaptados ao seu destino original a procura de lugar que lhes oferecesse melhores condições para se estabelecerem, caracterizando um processo de migração, ou seja, de mobilidade de imigrantes japoneses dentro do país.

Houve ainda uma terceira entrada de imigrantes japoneses no Maranhão ocorrido em 28 de janeiro de 1961 no porto de Mocajituba, na cidade de Paço do Lumiar [...] o número de imigrantes dessa leva é significativamente menor se comparada aos grupos anteriores, por volta de 18 pessoas, apenas 4 famílias [...] A bordo do Santos Maru eles aportaram primeiramente em Recife na data de 13 de maio de 1960. Em outros vocábulos ocorreu um processo migratório, pois eles já estavam em território brasileiro há alguns meses (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 34).

Os colonos de Pedrinhas, ou Muruaí, tiveram de enfrentar desafios logo na chegada, uma vez que a colônia não estava estruturalmente organizada para receber os novos moradores. A construção das casas ainda estava por concluir, o que dificultou a acomodação do grupo, pois, não havia casas prontas para todas as famílias. Havia ainda a carência de equipamentos para iniciar o cultivo. Iniciaram com o que trouxeram em suas

bagagens. Os primeiros hortifrutigranjeiros que produziram foram com muito esforço e enfrentando muitas adversidades. A produção das colônias Morro de Alcântara e de Muruaí era, inicialmente, negociada com pequenos comerciantes, a partir de abril de 1962 passou ao Mercado do Produtor.

Com o passar dos anos muitos dos colonos japoneses de Muruaí foram se mobilizando pela região e comprando ou arrendando outros terrenos, pois, suas terras na colônia já sinalizavam desgaste. A ocorrência dessa mobilidade se harmoniza com a memória de dona Joana que teve contato com os imigrantes no ambiente escolar durante a infância e teve também experiência de trabalho com dois nipônicos na extinta localidade de Santa Fé, nas proximidades de Estiva. Aos 15 anos, em 1971, através de um irmão que já trabalhava nas hortas de Kazunari Horiuchi, dona Joana foi então trabalhar na casa deste japonês, e teve ainda uma segunda vivência ao trabalhar na granja de um nipônico que identifica pelo nome de Antônio Miaki e descreve os dois patrões como abastados.

Kazunari tinha horta de tudo, plantava de tudo, o forte era o tomate, mas tinha também o pepino, pimentão, melancia, repolho, muita coisa. A casa dele era na Santa Fé e as hortas numas terras que ele tinha arrendado na entrada do Rio dos Cachorros. E a granja do seu Miaki era enorme, ficava na Santa Fé também, tinha pra mais de dez galpões, produzia muito. Tinha muitos empregados. Mas, tinha japonês por todo canto. No Aracaua, Anajatiua, Pedrinhas, Rio Grande e Rio dos Cachorros.

A localização dos patrões japoneses que dona Joana abordou em sua fala, concilia-se e acrescenta ao explanado por Siqueira Junior de que quando as terras do Muruaí já sinalizavam desgaste devido ao uso constante do solo, os japoneses se mudaram para outro povoado na área rural de São Luís intitulada Santa Fé. Permaneceram por um período de tempo e depois regressaram a Pedrinhas quando o solo da colônia já podia ser usado novamente (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015).

Não foram poucos ou irrelevantes os contratemplos encontrados pelos japoneses em terras maranhenses. A inexistência de bibliografia no que afeta a historiografia da imigração japonesa no Maranhão faz com que a fonte oral seja de suma importância, lanço mão do conceito de Paul Ricouer de que, em última análise, o principal recurso, se não as vezes o único, para nos assegurar de que algo sucedeu é o confronto de testemunhos (RICOUER, 2007, p.156). Desse modo, percebi que na memória um recurso de validação. Na medida em que serve para confrontar com outras fontes como os jornais e a pouca bibliografia encontrada sobre imigrantes japoneses no Maranhão.

3 | ANTINIPONISMO

A instalação dos japoneses nas colônias, em Rosário e São Luís acontecera sob a tutela da Secretaria de Agricultura do Maranhão e despertou contrariedade em alguns setores da sociedade. Não eram raros artigos jornalísticos, sobretudo nos periódicos de

oposição ao governo, que denotassem resistência a presença dos colonos japoneses, por entender que o governo despendia de apoio aos agricultores estrangeiros que deveria ser investido nos lavradores locais. Isto, muito por conta dos insumos que os japoneses teriam adquirido para começar o serviço no campo nas terras cedidas a eles nas colônias. Os terrenos teriam sido cercados e os moradores japoneses teriam recebido carta branca para matar gado, em caso de invasão. O *Jornal Pequeno*, pouco mais de um mês da chegada do segundo grupo de nipônicos, em 1961, publicou artigo de autoria de José Alves da Costa acerca dos eventuais privilégios dados aos estrangeiros e problematizava as dificuldades vivenciadas pelo homem do campo maranhense.

Eles são de fora não nasceram no solo pátrio, tem mais direito talvez sejam mais patriotas de que nossos irmãos do campo. Estes imigrantes tiveram terras selecionadas, examinadas pelos técnicos e depois cercadas para impedir invasão de gado e ainda carta branca para matar o gado que atravessar a cerca. Foram construídas boas casas, confortáveis, estradas para facilitar os meios de comunicações e continuam recebendo todo apoio e ajuda do governo e da secretaria de agricultura. Jeeps, caminhões para transportar suas produções para as feiras, além das máquinas e ferramentas que faziam parte de suas bagagens, recebem financiamento, sementes e enfim o necessário para manter uma vida digna de ser humano (COSTA, JORNAL PEQUENO, 23 fevereiro 1961, p. 04).

Fazia parte do que fora acordado entre o governo maranhense e o governo japonês de que, uma vez estabelecidos no Maranhão, os nipônicos receberiam residências de moradia e equipamentos para iniciar trabalho na lavoura. Pois, a abertura do estado para a imigração nipônica foi legitimada pela justificativa de que os orientais chegavam para contribuir com a expansão agrícola do estado.

A ideia era que essas famílias trabalhassem na produção agrícola de pimenta do reino, legumes e verduras, escassos no estado. Em troca, o governo maranhense daria lotes de 50 hectares de terra para cada família (que só passariam a pertencer a elas após três anos de trabalho), além de disponibilizar ferramentas agrícolas e uma ajuda de custo para os primeiros meses (AZEVEDO apud SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 32).

“Já tentamos fazer com o nosso homem do campo o que estamos fazendo com os japoneses?” interroga textualmente José Alves da Costa no artigo, contestando o que considera despreço aos lavradores da terra. O autor apregoava ainda se os homens maranhenses do campo não estavam sendo considerados “incapazes” e “preguiçosos”. Em sua arguição prosseguia afirmando – “nosso lavrador é um herói, lutando contra tudo e contra todos. Produz e sustenta a base econômica desse Estado que tem como fonte de receita a agricultura” – esta discussão acerca do que muitos consideravam benesses para os imigrantes não se restringiu só a imprensa.

A polêmica acerca do movimento imigratório japonês no estado do Maranhão também circundou o cenário político. O mesmo *Jornal Pequeno* trouxe em uma de suas

edições reportagem sobre acalorado debate que ocorrera na Câmara Estadual de São Luís a despeito do projeto de Nº 47, cujo teor citava abertura no orçamento daquele ano para crédito especial de 500 mil cruzeiros para a construção das casas de moradia da segunda leva de imigrantes japoneses na colônia Muruaí, em Pedrinhas. O projeto fora posto em discussão pela casa e acendeu o debate, visto que alguns parlamentares o contestaram.

O deputado Alves Gondin protestou votando contra a autorização da proposta, alegava que ao invés do governador construir modernas casas para japoneses, os lavradores maranhenses não tinham assistência social. Outro parlamentar, o deputado Bacelar que, embora se solidarizasse com a opinião de Gondin no que tange a falta de amparo aos trabalhadores do campo locais, lembrou que a construção das residências dos imigrantes japoneses deveria ser executada, pois, isto estava explícito no contrato que viabilizou a vinda dos nipônicos.

Outro deputado, o senhor Vera Cruz Marques, posicionou-se em apoio a Gondin endossando que só aplaudiria o projeto do governador caso os japoneses viessem na condição de técnicos para ensinar suas práticas modernas de lavoura aos trabalhadores maranhenses. O deputado Euzébio Trinta interpelou a discussão dizendo que os lavradores maranhenses não queriam trabalhar, que só queriam ser deputados ou conseguir emprego de funcionário público. Apesar da alteração que o projeto do governador provocou, fora aprovado mesmo a contragosto da bancada minoritária de oposição.

Nos relatos dos sujeitos remanescentes da experiência imigratória japonesa no Maranhão a respeito da assistência do governo aos colonos há incompatibilidade em relação aos privilégios que a imprensa denunciava. O japonês Sadame Tanabe afirmou que sua família foi atraída pelo governo do Maranhão para plantar, porém, relata que tiveram dificuldades em começar a produzir, pois, sua família não teria recebido as sementes e equipamentos necessários. Teriam recebido apenas alguns mantimentos para o sustento nos primeiros dias.

Foi Ele que chamou. Ele deu pra gente a casa, o terreno e o caminhão. Teve dificuldade com sementes. Muito difícil. Governo não deu as sementes. Deu arroz, milho, feijão pra comer, mas semente pra plantar verdura, não. E ferramentas, papai trouxe algumas coisas.

A família Tasaka, conforme declarou Roberto Kumihito, foi motivada também a deixar o Japão devido a situação de crise que o país atravessava. No entanto, ele que em sua fala reverbera tanto as próprias memórias como as que herdou dos pais, descreve a frustração da sua família ao chegar ao Maranhão.

Teve a promessa do governo que a terra era muito boa e aí vieram enganado, as famílias tudinho de lá. Quando chegou aqui era totalmente diferente do que eles disseram. Chegou aqui, nada! Só quem respondia pelos japoneses era o consulado [...] o governo mesmo nada.

Dessa forma, é perceptível que os discursos destoam. A imprensa e alguns membros do poder público, como alguns deputados supracitados anteriormente em matéria jornalística, viam como privilégios o suporte que o governo do Maranhão dava aos imigrantes japoneses. Entretanto, no que diz respeito aos próprios nipônicos há uma sensação de insatisfação nas falas de meus entrevistados, não consta que para estes o Estado, através da Secretaria de Agricultura, tivesse dado tudo de que eles realmente precisavam e, havia sido acordado.

Outro contraponto notório ao perscrutar outros olhares sobre os japoneses para além da visão deles mesmos e o dos arquivos de jornais já explicitados. As entrevistas de pessoas que viviam nas proximidades das colônias japonesas e que conviveram com os nipônicos no cotidiano. Uma dessas pessoas que teve contato com japoneses logo nos primeiros anos em que se estabeleceram no Maranhão. Dona Joana, 63 anos, teve bastante proximidade com o universo japonês criado no Maranhão pelos imigrantes. Ao relatar o primeiro encontro com os estrangeiros, ocorrido ainda na infância no ambiente escolar, na década de 1960, descreveu como se deu a interação com os novos habitantes da região.

Dois casais de garotos estudavam na mesma escola que eu no povoado de Santa Fé. Pra mim e pras outras crianças era como se eles fossem extraterrestres porque nunca tínhamos visto pessoas tão diferentes. Eles falavam português muito pouco, era difícil as vezes para eles entender a gente, e vice-versa, mas a gente conseguia conversar e foi fácil conviver. Depois, acostumamos. Lembro de uma vez que usaram o campo lá do Inhaúma pra jogar um esporte que ninguém nunca que tinha visto. Baseball, todo mundo ria e comentava que eles eram o contrário de todo mundo em tudo. Enquanto que aqui se jogava bola com o pé, eles usavam um pedaço de pau, um taco (risos).

Ao ser indagada sobre o que mais lhe chamou a atenção, além da aparência e língua, dona Joana surpreende ao se atentar a detalhes interessantes nos modos e costumes dos imigrantes, também em sua fala, demonstra enxergá-los como sujeitos que se distinguiram socialmente no contexto em que ambos viviam.

Só deles chegar na escola de carro já era algo que chamava atenção de todo mundo porque nenhuma criança, naquela região, os pais podiam ter carro. Hoje eu penso naquela época e lembro que era apenas uma caminhonete velha que os pais trabalhavam carregando verdura, mas que pra gente era muito, pois, ninguém tinha nada daquilo.

Esta descrição marca na fala de dona Joana a memória de uma criança, tendo em vista que fora algo vivido na infância, mostra ainda como para ela e os demais colegas de escola percebiam que os novos alunos japoneses como se tivessem mais do que eles, nativos da terra. De algum modo a memória pessoal de Joana responde por um conjunto de indivíduos que também convivia com os nipônicos na escola.

É importante ressaltar a complexidade de ter como metodologia a oralidade, de analisar as memórias de meus entrevistados, pois, ter a memória oral como fonte e método é ir de encontro à “primeira dificuldade: a história oral tem por natureza um caráter individual. Não se fala em nome do grupo, mas em seu próprio nome” (BECKER, 2006, p. 29). Isto pode parecer limitador, entretanto, ao delimitar as fontes e comparar os discursos entre si foi possível ter um caráter coletivo. Jenkis, em sua perspectiva um tanto cética alerta para o que seria uma fragilidade epistemológica da História por ser um campo de estudo não totalizante, logo, limitado. O historiador faz seleções cujas visões, embora sejam autenticadas, aceitas e verificáveis, não estão alheias a ser fadadas a um “constructo pessoal do narrador” (JENKIS, 2007). Porém, os escritos de jornais, a oralidade e a bibliografia com a qual esta narrativa dialoga não são ficcionistas possuem uma episteme, um método que trabalham numa perspectiva de verdade.

E no que concerne ao cotidiano e a atividade agrícola dos imigrantes a imprensa seguia noticiando acerca dos benefícios que o governo maranhense dava aos japoneses. A chegada de braços estrangeiros para alavancar a economia do estado acabou por ruminar a debilidade da produção local. Muitas matérias jornalísticas suscitavam a necessidade do estado de investir na formação técnica dos agricultores locais, como na criação de uma escola de agricultura, especulavam ainda acerca da competência da Secretaria de Agricultura, que segundo algumas reportagens “hostilizou os nossos caboclos e mandou buscar lavradores no Japão, às expensas do erário público”, e ainda denunciavam rumores de práticas de corrupção na Secretaria do Estado.

Dias atrás fomos informados de que caminhões da Secretaria de Agricultura, abarrotados de legumes, vão deixando na residência de certos elementos situacionistas repolhos, quiabos, maxixes, laranjas e outras coisas mais. O governo nega ajuda ao funcionamento da escola de agronomia e, no entanto, cria secretarias sem nenhuma finalidade para favorecer afilhados políticos (JORNAL PEQUENO, 24 novembro, 1960, p. 04).

Não obstante, havia jornais cujas matérias davam atenção aos desafios enfrentados pelos japoneses, destacavam seus trabalhos em situações desfavoráveis. “Os amarelos, por outro lado, também se dizem ludibriados em sua boa fé agrícola, alegando que, ao contrário do prometido, não lhes deram a terra recomendada para sua labuta” (CORREIO DO NORDESTE. São Luís, p. 02, 01 maio. 1962). Dessa maneira, abriam ao conhecimento público o desapontamento dos japoneses com a realidade encontrada no Maranhão.

Mas talvez os fracassos de imigrantes nos núcleos coloniais fossem mais frequentes que os sucessos, mas como a historiografia da imigração prefere relatar sucessos e falar dos ótimos resultados obtidos nos empreendimentos coloniais, arrolando produção agrícola e industrial e os hectares de terras integradas e tornadas cultiváveis, torna-se difícil a verificação neste sentido (PETRONE, 1982, p. 71).

Durante minha incursão pelas leituras acerca de movimentos imigratórios no Brasil, tanto de japoneses como de outros povos, percebi uma inclinação na historiografia, pelo menos na maior parte das obras, em contemplar a história dos sucessos dos imigrantes. Evidente que o contingente atual de imigrantes ainda vivos e de seus descendentes, além da indiscutível contribuição cultural e econômica, demonstram que um número significativo destes sujeitos fixou-se no país e faz parte da identidade do Brasil. No entanto, é importante que experiências como a do Maranhão cheia de ambiguidades e sujeitos com vivências tão peculiares sejam descortinadas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Jean-Jacques. **O Handicap do Posteriori**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Ed. Primus Comunicação, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1941-1991)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva. **Cronologia da Imigração Japonesa na Amazônia**. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Orgs). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

JENKIS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

KODAMA, Kaori. **O Sol Nascente do Brasil**: um balanço da imigração japonesa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Brasil**: 500 anos de povoamento. IBGE / Centro de disseminação, documentação e informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PETRONE, M. Thereza Schorer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

RICOUER, Paul. **A Memória, A História e o Esquecimento**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Imigração Japonesa no Maranhão**: uma jornada de 55 anos. São Luís – Clube de Autores, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98

S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020